

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

AS CRIANÇAS DA PONTE O TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO COMÉRCIO FRONTEIRIÇO DE FOZ DO IGUAÇU NO PARANÁ EM 2012¹

Valdirene Reimann²
Rosana Katia Nazzari³

Resumo

A fronteira de Foz do Iguaçu/Paraná e Ciudad Del Este/Paraguay é um local por onde circula um grande número de visitantes, ocorre um grande fluxo de capitais e de mercadorias. Nas interfaces das relações mercadológicas do comércio fronteiro ocultam-se formas de trabalho degradantes que ajudam a manter a lucratividade na atividade, como por exemplo, a exploração do trabalho infantil. Investigando o passado de Foz do Iguaçu no período após a construção da Usina de Itaipu, é possível compreender o surgimento de uma sociedade heterogênea, conflituosa, onde milhares de famílias sobrevivem no trabalho informal no comércio da Ponte da Amizade. Investigar os mecanismos utilizados pelos trabalhadores infanto-juvenis no comércio fronteiro e compreender as causas que os levam a serem incorporados precocemente nesta atividade é a proposta deste artigo.

Palavras-chave: trabalho; infância; fronteira.

CHILDREN OF THE BRIDGE THE WORK OF CHILDREN AND TEENAGERS ON THE BORDER TRADE IN FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ IN THE 2012

Abstract

The border between Foz do Iguaçu, Paraná and Ciudad del Este, Paraguay is a place where a large number of visitors circulate and there is also a large flow of capital and goods. Within the interfaces of the market relations on the border trade, there are hidden forms of degrading treatment to maintain the profitability to the activity, such as the exploitation of child labor. Investigating the past of Foz do Iguaçu in the period after the construction of the Itaipu Dam, one can understand the emergence of a heterogeneous society, a conflict, in which thousands of families survived on informal work at the Friendship Bridge trade area. The purpose of this

¹ Resultados de estudos vinculados à linha de pesquisa sobre Comportamento Político da UNIOESTE e ao Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade. Centro de Educação e Letras. UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu

² Mestranda do curso de Pós-Graduação Strictu Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras. E-mail: valreimann@hotmail.com.

³ Doutora em Ciência Política pela UFRGS, pesquisadora e docente do Colegiado de Ciências Econômicas da UNIOESTE, líder do GPCP. E-mail: knazzari@hotmail.com

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

article is to investigate the mechanisms used by children and young workers in border trade and understand the causes that impel them to be early incorporated in this activity.

Keywords: work - childhood - border.

I INTRODUÇÃO

A fronteira caracteriza-se por determinar o limite do humano, deixando transparecer suas fragilidades, dificuldades, bem como sua crueldade. Na interpretação de José de Souza Martins (2009) a fronteira pode determinar muitas coisas: pode ser fronteira da civilização, ocultando a barbárie, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias e a fronteira da historicidade do homem.

A Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, é a típica fronteira problematizada na obra de Martins (2009). Suas relações sociais e a produção e circulação de capital são garantidas por profundos antagonismos e desigualdades entre políticas econômicas e sociais dos três países limítrofes – Brasil, Paraguai e Argentina. O mundo do trabalho nesta fronteira demonstra os traços marcantes da contemporaneidade caracterizada pela precarização, pelo trabalho informal e pela heterogeneidade e complexidade no perfil dos trabalhadores envolvidos no comércio fronteiriço, permitindo inclusive a incorporação de pessoas de diferentes faixas etárias.

“Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora” (MARTINS, 2009, p. 11).

Sendo assim, observa-se no comércio fronteiriço, mais detidamente na fronteira de Foz do Iguaçu com Ciudad Del Este - Paraguay, nas proximidades da Ponte da Amizade que liga os dois países, a presença constante de crianças e adolescentes envolvidos em atividades

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

“informais”⁴, ou seja, os subempregados, expostos a diferentes condições de risco social, vivenciando atividades ligadas ao contrabando, ao tráfico de drogas, sofrendo a exploração dos adultos, como longas jornadas de trabalho, exploração sexual, violência e demais situações que prejudicam seu desenvolvimento social, moral e psicológico, além de retirar o tempo que seria dedicado ao lazer e à escola.

Nesta tríplice fronteira é possível observar o que Antunes (2004) descreve como a mudança da função do trabalho, o qual deveria ser o momento *fundante* da vida humana, em trabalho assalariado, alienado e fetichizado, quando submetido à sociedade capitalista, cujo objetivo é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Assim, o trabalhador não se satisfaz em seu trabalho, mas se degrada, se desumaniza em nome do fetiche da mercadoria (MARX, 1985).

O principal objetivo da pesquisa é analisar as estratégias de trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos, no comércio fronteiriço da Ponte da Amizade (Brasil-Paraguai), em Foz do Iguaçu, Paraná, decorrente das transformações ocorridas na sociedade local após a década de 1980 e verificar a realidade do contexto sócio-econômico das crianças e adolescentes em situação de trabalho: escolaridade, renda familiar, habitação, nacionalidade e programas sociais existentes na cidade para atender a esses jovens. Por sua vez, observa-se que na modernidade elaborou-se um conceito de infância enfocando a escolarização como critério de preparação para a maturidade e não o trabalho. Contudo, os conceitos de infância encontram-se divididos no mundo atual por antagonismos como riqueza/miséria, desigualdade social/equidade, caos político/estabilidade (STEARNS, 2006). É uma questão complexa discutir a erradicação do trabalho infantil se os países que desejam fazê-la não têm condições de respaldar economicamente as famílias das crianças e adolescentes trabalhadores.

Os programas sociais envolvidos com a proteção da criança e comprometidos com a erradicação do trabalho infantil consultam às famílias sobre sua situação e sua visão de mundo em relação à incorporação de seus filhos em atividades do comércio informal? Afinal,

⁴ Segundo Cardin (2009c), trabalhadores informais são aqueles que trabalham para alguém sem carteira assinada, os autônomos ou outros que buscam outras fontes geradoras de renda.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

o que pensam os pequenos trabalhadores e os adolescentes sobre o mundo do trabalho em que estão inseridos?

Para efetivar tais objetivos utilizaram-se, de forma complementar, a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo realizada com crianças e adolescentes de 5 a 14 anos, pois é nessa fase que iniciam seu contato com as atividades de comércio nas ruas. Deve-se também a escolha ao exposto no art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, segundo o qual é proibido qualquer trabalho aos menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz. Atualmente a pesquisa qualitativa utiliza-se de multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre e procura tanto encontrar seu sentido, quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles. Dessa forma, foram realizadas investigações empíricas e entrevistas semi-estruturadas, compostas de perguntas abertas e questionários com crianças em situação de trabalho infantil e com comerciantes nos locais onde o fenômeno estudado ocorre: proximidades da Ponte da Amizade, bem como entrevistas com alunos de escolas municipais e estaduais que estão em situação de trabalho informal em Foz do Iguaçu, dispondo assim, de elementos para explicá-lo. Foram entrevistados nove (09) jovens com idade entre 05 e 14 anos e sete (07) comerciantes na Vila Portes, bairro próximo à Ponte da Amizade. Para análise das entrevistas considera-se imprescindível a utilização da pesquisa qualitativa, pois permite uma partilha densa com pessoas, fatos e locais e a extração nesse convívio, dos significados latentes e visíveis do fenômeno que está sendo investigado. Destaca-se ainda, como opção metodológica para o enriquecimento da pesquisa, a defesa do pensamento interdisciplinar, como proposta para integrar o conhecimento de diferentes áreas e humanizar a ciência, considerando como princípio básico o homem como ponto de partida e ponto de chegada do conhecimento científico. Entende-se que a fragmentação do conhecimento desnaturaliza a natureza, promovendo rupturas entre o conhecimento da natureza e o mundo social (ALVARENGA, 2011). Dessa forma, integram-se nesta pesquisa, conhecimentos da História, Geografia, importantes contribuições da Sociologia, Antropologia, Serviço Social além da Ciência Política.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Este trabalho encontra-se dividido em etapas com o intuito de melhor compreender as razões da incorporação de crianças e adolescentes no comércio fronteiriço de Foz do Iguaçu: primeiramente foi elaborado um histórico da cidade a partir da década de 1980, momento em que ocorreu uma ruptura radical em seu desenvolvimento histórico, atendendo ao apelo progressista preconizado pelo Governo Militar, com o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em 1974. Em seguida, tratou-se de descrever os diferentes momentos da infância no Brasil e a evolução que ocorreu em seu conceito conforme as mudanças históricas. Na etapa seguinte discute-se o impacto da globalização na infância, destacando aspectos positivos e a degradação nos níveis de qualidade de vida das famílias em países pobres. Para encerrar, relata-se a pesquisa de campo realizada na Vila Portes, bairro próximo à Ponte da Amizade, ligando Foz do Iguaçu à Ciudad Del Este, no Paraguai, na qual são descritos os relatos de comerciantes locais e dos sujeitos desta pesquisa – os pequenos trabalhadores da fronteira: crianças e adolescentes de 5 a 14 anos.

1.1 - A Obra do Século

Essa pesquisa delimita-se a resgatar o estudo de parte dos acontecimentos relativos à História de Foz do Iguaçu a partir da década de 1980, auge da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Este período caracterizou-se por atrair grande contingente de trabalhadores oriundos de todas as regiões do Brasil e de países vizinhos que chegavam à cidade em busca de emprego na Usina ou em alguma de suas empreiteiras. A década de 1980 foi, ainda, um período de retração para o capitalismo mundial – a mais aguda crise do século após a grande depressão econômica de 1929, afetando os países que não eram autossuficientes na produção de petróleo, como o Brasil gerando recessão para a economia nacional, inflação, desemprego e diminuição do poder de consumo principalmente para a classe trabalhadora (CATTÁ, 2009).

Dessa forma, a fronteira passaria a ser vista como uma nova possibilidade de inserção a algum emprego, ou nas obras da maior hidrelétrica do mundo – Itaipu, ou em suas empreiteiras, ou ainda em qualquer trabalho informal que certamente surgiria em uma cidade de múltiplas chances como era Foz do Iguaçu naquele momento.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

De acordo com Catta (2009), em diferentes leituras feitas sobre a História recente de Foz do Iguaçu, nota-se a presença na memória coletiva, tanto de antigos moradores, pesquisadores, professores, empresários, profissionais liberais que se estabeleceram na cidade, da lembrança de um passado não tão distante e o elemento divisor: antes da chegada da empresa Itaipu – ano de 1974 e depois. Tal como escreveu Ribeiro:

Itaipu pode ser considerada como um símbolo de um desenvolvimento “às avessas” (diferentemente do discurso oficial), um monumento da técnica e da competência empresarial, testemunho da visão dos estadistas que governaram o país, quando, em nome do progresso e do desenvolvimento, populações foram esquecidas (2002, p. 106).

Portanto, até o início das obras de construção de Itaipu, Foz do Iguaçu era uma pacata cidade do oeste paranaense, esquecida pelos frenéticos arranjos do capitalismo mundial assimilado pela Ditadura Militar.

Catta (2009) relata ainda que, segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 1970, Foz do Iguaçu possuía uma população de 33.970 habitantes, com uma densidade demográfica de 38,69 hab/km². Em 1980, em plena construção de Itaipu, além do comércio de fronteira que se expandia, a população saltou para 136.320 habitantes, com uma densidade demográfica de 216,38 hab/km². À medida que passavam os anos, o processo de crescimento demográfico de Foz foi menos intenso, correspondendo ao período de recessão econômica do país. Em 1990, a população subiu para 190.175 habitantes, com uma densidade demográfica de 345,77 hab/km².

Alteravam-se as relações cotidianas estabelecidas entre uma população mais antiga da cidade que teve seus hábitos mudados, suas práticas de sociabilidade transformadas. Uma nova sensibilidade e uma nova sociabilidade se moldava de forma irreversível entre os habitantes de Foz.

Governos anteriores aos militares já haviam planejado a construção de uma usina para o aproveitamento do potencial hídrico dos rios da fronteira, visando à sua exploração energética, dotando o Brasil de autonomia nesses recursos, a fim de desenvolver sua industrialização.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Dessa forma, o Brasil detinha o maior potencial hidrelétrico do mundo, com cerca de 700 milhões de quilowatts. Foi durante a ditadura militar, que se concretizou a chamada “obra do século”, um megaprojeto que contemplava as orientações do governo da época e procurava inculcar o sonho do “milagre econômico brasileiro”, pondo em prática grandes empreendimentos de alto investimento econômico, com a meta de implantar uma forte indústria de bens de capital.

Nessa perspectiva, a Usina de Itaipu seria uma empresa indispensável para impulsionar o desenvolvimento e o progresso ao Brasil, tornando-o autônomo no campo energético, em substituição ao carvão e ao petróleo. Assim se configurava a ideologia desenvolvimentista do governo da época – década de 1970.

A construção da Usina de Itaipu extrapolou o campo econômico. Seu alcance chegava também à resolução de questões geopolíticas: constituía uma solução para problemas de fronteira na área sul do Estado do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, região próxima à Guairá. Mas a implementação desse megaprojeto tinha pretensões que iam muito além das delimitações territoriais da fronteira. Consistia, em uma ocupação estratégica, de dimensões gigantescas que definissem o controle do Brasil sobre o Cone-sul, na América do Sul e que, no mesmo sentido, atraísse o Paraguai para a órbita brasileira, preterindo a Argentina (RIBEIRO, 2002).

Muitas pessoas abandonavam as cidades grandes e começavam a procurar alternativas de emprego e de vida melhor nas recentes fronteiras que se abriam pelo território brasileiro. Por esse motivo, novos trabalhadores começaram a chegar, oriundos de diferentes regiões do Brasil, dos mais variados meios, profissões, culturas e expectativas. Inicialmente em número aceitável, mas, depois, chegavam grandes levadas, aumentando muito os problemas da cidade como pobreza, crescimento de favelas e moradias insalubres, subemprego, desemprego, criminalidade, dificuldades de acesso a equipamentos e serviços urbanos que traduziam a péssima qualidade de vida da maioria dos trabalhadores, os quais não puderam se enquadrar nas vagas de emprego oferecidas tanto em Itaipu, como nos demais setores e serviços. A economia local, que recém se estruturava, não pôde absorver o enorme contingente de migrantes que chegavam. E às crianças pobres, grupo que constitui o sujeito desta pesquisa,

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

filhos dessas famílias marginalizadas, coube a educação precária, a subalimentação, a mendicância, o trabalho informal na Ponte da Amizade, a exploração sexual comercial, as doenças, a morte prematura e a tímida atitude das autoridades locais que preferiam encará-los como “menores abandonados” que ofereciam perigo e vergonha à cidade turística.

Em nível mundial a economia capitalista demonstrava seus antagonismos:

A década de 70 inaugurou um período de fortes desequilíbrios econômicos globais, causados tanto pelo aumento do preço do petróleo no mercado internacional em 1973 e em 1979, quanto pelas sucessivas valorizações e desvalorizações do dólar, praticamente impostas pelos Estados Unidos desde então, como em 1978 e em 1985 (PINTO, 2010, p. 87).

O contexto econômico do Brasil nos anos de 1980 foi afetado pela reestruturação produtiva e pelas profundas mudanças nas relações de trabalho que prejudicaram basicamente a classe-que-vive-do-trabalho. O desenvolvimento de novas tecnologias ligadas à informática e à robotização geraram grandes excedentes de força de trabalho que tornaram possível o retorno de estratégias absolutas de extração da mais-valia. O crescimento do trabalho informal, por todo o mundo capitalista avançado e periférico, representa uma visão sombria da suposta história progressista do capitalismo (ANTUNES, 2003).

Diante da profunda recessão, ocorreram altos índices de desemprego e de inflação, os quais corroíam os salários da classe trabalhadora e seu poder de consumo. Em 1981, a inflação chegou ao índice de 99,7%, elevando-se nos anos seguintes: em 1982, 211%; em 1983, 223,8%. A recessão desses anos fora a pior do Brasil desde a grande depressão (CATTA, 2009).

Por meio de documentação e da literatura sobre a época, sabe-se que as administrações municipais tinham informações dos riscos sociais que a cidade de Foz do Iguaçu corria, caso sofresse um aumento populacional sem previsões, em um período caótico da economia nacional.

1.2 – As consequências

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

No início do ano 1992, a cidade sentia o impacto da finalização das obras da Usina de Itaipu e o início do funcionamento de sua 18ª turbina. Os milhares de ex-trabalhadores desse megaempreendimento, diante da necessidade de manter a subsistência de suas famílias, estavam sujeitos a subempregos, atividades informais ou ilegais ligadas ao contrabando de produtos importados do Paraguai.

Outras contravenções, além do contrabando transcorriam, deixando transparecer as contradições sociais deixadas pela transformação no espaço e na sociedade de Foz do Iguaçu após Itaipu: os filhos de ex-barrageiros e demais trabalhadores desempregados começavam a aparecer no cenário do comércio da ponte. O trabalho infantil crescia assustadoramente e começava a incomodar a elite local. Os filhos de trabalhadores da cidade, ainda menores de idade, pediam dinheiro pelas ruas, vendiam doces, trabalhavam como guardadores de carros, ou permaneciam na Ponte da Amizade, na Rodoviária, em frente aos hotéis e lugares de grande fluxo de turistas, fazendo todos os tipos de biscate, como de engraxate, limpador de para-brisas, guardador de carros, vendendo pequenas mercadorias.

O outro lado da modernidade começava a se configurar, denunciando graves problemas que as autoridades teriam que enfrentar. Apesar do embelezamento da cidade, da higienização dos espaços centrais e turísticos, uma grande quantidade de homens, mulheres e crianças empobrecidos começava a “incomodar” as classes dominantes (CATTA, 2009, p. 208 e 227).

Essas crianças e adolescentes realizavam essas atividades informais pelas ruas devido à necessidade de auxiliar na renda familiar; nenhuma autoridade ou órgão de proteção se encarregava de controlá-las, nem tinham a supervisão dos pais e, assim, circulavam de um lado ao outro da fronteira, sendo em muitos casos, submetidas a abusos, violência de adultos ou outros adolescentes maiores ou frequentemente sequestradas e obrigadas a trabalhar como escravas em lavouras no Paraguai.

Os trabalhadores da fronteira geralmente entraram na atividade muito cedo, ainda crianças, realizando “bicos” no Paraguai, como carregadores de mercadorias ou como “cigarreiros”⁵, tendo sido obrigados a deixar a escola para trabalhar. Esse fato criou um

⁵ A pesquisa do Prof. Cardin (2009), explica detalhadamente as tarefas de cada membro do circuito sacoleiro.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

problema cíclico no município, pois a baixa escolaridade impediu que esses indivíduos fossem inseridos em postos mais regulares e economicamente melhores; por outro lado, sua condição econômica e suas atividades ligadas à informalidade, dificultavam a frequência à escola. Aí reside o aspecto perverso do trabalho infantil - esta atividade penaliza a criança através dos riscos à saúde e principalmente pela supressão da infância, prejudicando a possibilidade de construção de sua autoestima, reprimindo seus sonhos, uma vez que a impossibilita de dedicar-se à sua formação, antecipando uma situação de carência futura.

2. O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

No Brasil do período colonial e Imperial, durante todo o século XIX, as crianças sempre estiveram presentes nas lavouras pelo país afora e este fato não se alterou com o advento da industrialização. Durante a escravidão a experiência com essa força de trabalho demonstrou a docilidade das crianças e sua fácil adaptação ao trabalho, além da economia que sua utilização traria aos patrões. Crianças indígenas e negras foram as primeiras a serem submetidas aos rigores do trabalho infantil, em um país que estabeleceu uma estrutura de produção e distribuição de renda fundamentada na desigualdade social. O posterior processo de industrialização correlato da transformação do Brasil em uma economia capitalista pouco alterou tais estruturas, levando grandes contingentes de crianças e adolescentes a serem introduzidas no sistema produtivo ao longo do século XX⁶.

Com o advento da República, as autoridades tinham uma prioridade diferente para os “menores abandonados”: formá-los e discipliná-los para que servissem como braços da indústria e da agricultura. Através dessa perspectiva, muitas crianças e jovens foram

⁶ Histórico do trabalho infantil elaborado pelo Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego e contribuições de organizações governamentais e não-governamentais, especialmente a Organização Internacional do Trabalho.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

recrutados de asilos de caridade, algumas a partir dos cinco anos de idade, sob a alegação de proporcionar aos pequenos indivíduos, uma ocupação útil, capaz de combater a vagabundagem e a criminalidade. Estavam submetidas a todo tipo de exploração, como jornadas de trabalho de 12 horas, baixos salários, ambientes insalubres, rígida disciplina, má alimentação e convivendo com indivíduos portadores de doenças como a tuberculose (RIZZINI, 2007).

A cidade de São Paulo especialmente viu, sob o impacto da imigração italiana, ampliar-se a concentração de trabalhadores nas atividades urbanas. Muitos desses operários eram crianças e adolescentes, alguns imigrantes, assim como seus pais.

Durante a República Velha, o trabalho infanto-juvenil foi o espelho fiel do baixo padrão de vida da família operária, pautado em salários insignificantes e em índices de custo de vida extremamente elevados.

A presença de crianças e adolescentes no trabalho industrial tornou-se, talvez, o referencial mais importante de que a pobreza não deixara de rondar as famílias de muitos e muitos imigrantes, cuja precária sobrevivência dependia em parte do trabalho dos próprios filhos (MOURA, 2007, p.262-263).

As mudanças no mundo contemporâneo e na realidade econômica do Brasil, associada ao acesso das crianças a informações sobre o mundo dos adultos, transformou drasticamente a infância. Para as classes pobres a globalização piorou as condições de sobrevivência das famílias, facilitando a incorporação de crianças e jovens a atividades antes relegadas aos adultos, como forma de auxiliar na renda mensal.

Conforme dados do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, em 1992 o número de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos trabalhando atingiu o marco de 4,1 milhões de trabalhadores, representando 12,13% da população dessa faixa etária.

Rizzini (2007) descreve que no ano de 1995 o Brasil tinha aproximadamente oito milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando. A maioria deles trabalhava na agricultura, iniciando essas tarefas desde muito cedo. A maioria destas crianças não recebia qualquer tipo de remuneração, pois estavam ajudando seus pais a aumentar a produtividade. Em 1998 o número de crianças e adolescentes trabalhando reduziu para 2,8 milhões, equivalendo a uma taxa de trabalho infantil de 8,8% em relação à população dessa faixa etária.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

No ano de 1999, passou a vigorar no país uma nova idade mínima para o trabalho, alterada pela Emenda Constitucional nº 20, de 8 de dezembro de 1998, a qual determinava a proibição de qualquer trabalho aos menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Conforme dados do Programa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1999 havia 3,9 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 a 15 anos trabalhando. O PNAD de 2002, captou um contingente de cerca de 3 milhões de trabalhadores infantis em situação ilegal.

Adotando-se a mesma faixa etária de 5 a 14 anos como padrão para o período de 1992 a 2002, verifica-se que o número de trabalhadores infantis reduziu-se de 4,1 milhões em 1992 para 2,1 milhões em 2002 nesse grupo etário.

A principal consequência do trabalho infanto-juvenil é que acaba por afastar a criança e principalmente o jovem da escola. As longas jornadas de trabalho causam cansaço e desinteresse pela sala de aula. Os filhos das famílias mais pobres trocam a escola pelo trabalho. Segundo o Plano Nacional do CONAETI, das crianças e jovens trabalhadores de 5 a 15 anos, 10,6% estão fora da escola. As crianças e adolescentes trabalhadores apresentam nível de escolarização inferior ao daqueles que não trabalham e estão com a idade mais avançada para a série cursada.

Conforme Rizzini (2007), a relação entre a cor da pele e o trabalho infantil pode ser observada nas ruas das grandes cidades brasileiras. A maioria das crianças é parda ou negra. Pouco mais da metade dos trabalhadores infantis é de cor parda - 53,9%, sendo que 41,7% desses trabalhadores são brancos, 3,8% são negros e 0,4% são indígenas ou amarelos. Boa parte dos identificados como pardos trabalha no setor agrícola e os identificados como negros realizam tarefas no serviço doméstico ou trabalhos em outras atividades. As estatísticas comprovam que as crianças pardas e negras trabalham mais que as brancas. “No entanto, após a maioridade há uma inversão: o mercado de trabalho absorve proporcionalmente mais brancos, quando há maior exigência de escolaridade e qualificação” (RIZZINI, 2007, p. 386).

A mesma diferenciação étnica pode ser observada no trabalho infantil na Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu, no Paraná, através das pesquisas de campo e entrevistas

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

efetuadas: a grande maioria das crianças e adolescentes trabalhadores é de nacionalidade paraguaia, de etnia indígena, os quais cruzam a fronteira para vender diferentes mercadorias no lado brasileiro.

Na maioria dos casos, o motivo do ingresso das crianças e adolescentes ao mundo do trabalho está relacionado à miséria. Uma das consequências mais importantes das transformações no processo de produção no final do século XX e da concorrência intercapitalista está ligada ao mundo do trabalho e refere-se à inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, principalmente em países de industrialização intermediária e subordinada, como é o caso dos países latino-americanos (ANTUNES, 2003).

O trabalho é um grande obstáculo ao desenvolvimento pleno da criança ou mesmo perigoso, é encarado como degradante tanto pelos pequenos como por seus pais, porém necessário à manutenção da renda familiar. Há casos em que famílias de pequenos proprietários dependem do trabalho de todos os membros para manter a produção, como ocorre em locais da zona rural na Região Sul.

Para as famílias das classes populares de nossa sociedade o trabalho de seus filhos é visto como um mecanismo disciplinador, capaz de afastá-los de más companhias, de vícios ou de perigos. Temem o dinheiro fácil, mas perigoso. O trabalho é encarado como uma **escola**. A criança é socializada desde cedo para ocupar seu lugar em uma sociedade extremamente estratificada, onde lhe são destinadas as funções mais subalternas.

Os adolescentes de baixa renda revelam a valorização da aprendizagem pelo trabalho em detrimento da aprendizagem escolar, tendo a convicção que a ascensão social em sua condição se realiza pelo trabalho e não pelos bancos escolares, nem pela qualificação profissional.

Segundo Rizzini (2007), as crianças em sua maioria afirmam que gostam de trabalhar, mas não acham o trabalho divertido. Elas consideram positivo ajudar a família, ter seu próprio dinheiro e fazer alguma coisa. O cotidiano das grandes cidades brasileiras deixa clara a cena de um exército de pequenos trabalhadores nas ruas. São milhares de crianças e adolescentes que vendem balas, chocolates, limpam carros, mendigam, faça chuva ou sol, calor ou frio. Estas crianças têm jornadas estafantes de trabalho, geralmente não frequentam a escola, estão

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

longe de suas famílias, sendo exploradas por terceiros. A escola é uma realidade distante para quem tem como prioridade levar dinheiro para ajudar em casa. Essas crianças e suas atividades ambulantes são um alicerce importante de apoio econômico de suas famílias ou simplesmente de adultos que se sustentam explorando seu trabalho (RIZZINI, 2007).

Em regiões miseráveis do Brasil ou em bolsões de pobreza nas cidades, o estudo tem pouco valor frente às necessidades de sobrevivência. Esses trabalhadores precisam de garantias para largar o que conseguiram para ajudar sua família a sobreviver. A inclusão e permanência de todos esses jovens na escola é uma meta que depende da melhoria das condições de vida da população. Isso significa a elaboração de políticas sociais que garantam renda mínima a estas famílias, afim de que a criança vá para a escola e não evada. No mundo contemporâneo da informação, criança sem escolarização, analfabeta ou semi-analfabeta acaba por comprometer sua existência e de seus familiares, gerando um dilema social de proporções incontroláveis.

3. O TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA PONTE DA AMIZADE

O trabalho infantil sempre esteve presente na história do Brasil. Crianças pobres sempre trabalharam, quer por tradição, quer por obrigação. A historiografia brasileira apresenta fartas descrições das atividades das crianças escravas da Colônia e do Império, das crianças-operárias das fábricas, submetidas à exploração cruel do capitalismo no início da industrialização ou como bóias-frias em grandes propriedades rurais do interior do Brasil. Mais recentemente elas são vistas trabalhando na produção artesanal, nas casas de família e - o que mais causa interesse a esta pesquisa, nas ruas e no comércio informal. O objetivo dessa investigação é abordar as várias faces da exploração do trabalho infantil no comércio fronteiro de Foz do Iguaçu-PR com o Paraguai. Igualmente, tornam-se prementes algumas perguntas: Por que as crianças trabalham? Elas querem trabalhar?

Discutir o tema “criança” e as problemáticas dessa fase da vida - a infância, pode tanto demonstrar a beleza de um período pueril, de extrema fragilidade, rodeada de mimos e carinhos, como por outro lado, deixar transparecer os dramas, as exclusões, a violência e a

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

postura do Estado ao construir políticas sociais de proteção à criança e ao adolescente ou silenciar-se diante das demandas.

Assim descreveu Mary Del Priori sobre a presença desses jovens no Brasil: “*as crianças estão em toda a parte*”. *Nas ruas, à saída das escolas, nas praças, nas praias*” (2007, p.7). Talvez pretendendo demonstrar que crianças sempre estiveram em nossa história, deixando-se ver na iconografia, nas descrições de viajantes europeus, na literatura e hoje, mais do que nunca, estão nos shoppings, lojas, mercados, fazem parte de um grupo consumidor importante ou, por outro lado, estão nas ruas, trabalhando ou mendigando.

Assim também estão na Ponte da Amizade, na fronteira Brasil-Paraguai, circulando de um lado para o outro da fronteira, sob os olhos das “autoridades”: da Polícia Federal, da Aduana, sempre escapando do controle dos Conselhos de Proteção à criança, os quais, sabedores de que tal movimento é previsto e inteligível na dinâmica da região, muito pouco intervêm, pois as políticas de assistência à criança e ao adolescente do Brasil e do Paraguai apresentam diferenças. Essa criança já não é o “menor” desprotegido, tão descrito nas literaturas e nos processos judiciais. O que se vê agora é um indivíduo com suas estratégias para enfrentar sua realidade no século XXI, a qual os adultos e acadêmicos nomeiam como - a nova era da *globalização*.

O cenário construído pela globalização também teve forte impacto sobre a infância em todo o mundo. Por um lado a globalização econômica piorou as condições de trabalho das crianças do terceiro mundo e, quando as economias patrocinadas pelo Estado viram-se em processo de retração, deixaram de lado o comando da infância. Os anos 1990 trouxeram profundas alterações na economia e na política mundial, nacional e regional, transformando radicalmente as relações sociais também na tríplice fronteira - Brasil-Paraguai-Argentina. A globalização, a onda neoliberal, a reestruturação produtiva, a abertura econômica brasileira, o término da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu modificaram o processo de circulação de capital e mercadorias, causando uma forte onda de desemprego em toda a região que afetou sua economia, aumentando o número de trabalhadores submetidos à informalidade e ao subemprego.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Em nível internacional, contudo, o compromisso de pessoas com interesses humanitários, principalmente de países ricos, com uma visão global dos direitos, saúde e proteção das crianças reverteu-se em um aspecto importante da globalização. Os acordos internacionais elaborados a partir dessas ações humanitárias impressionaram a sociedade de quase todo o mundo. O movimento global em defesa das crianças também serve para explicar o declínio na taxa de natalidade, das taxas de mortalidade infantil, bem como à redução sistemática do trabalho infantil nas décadas finais do século XX e o aumento na taxa de crianças que passaram a receber uma mínima educação.

No Brasil, o reflexo desta tomada de consciência igualmente se refletiria em diferentes políticas sociais implementadas pelo Estado ou por instituições ligadas à infância:

Neste final do século XX a infância tornou-se uma questão candente para o Estado e para as políticas não governamentais, para o planejamento econômico e sanitário, para os legisladores, psicólogos, educadores e antropólogos, para a criminologia e para a comunicação de massa (LEITE, 1999, p.17).

Conforme Cardin (2010) a região fronteira de Foz do Iguaçu-Ciudad del Este-Puerto Iguazu possui características que a diferenciam das demais tríplexes fronteiras do Brasil, devido à presença de três cidades de médio porte nesta confluência de limites territoriais e conseqüentemente o grande fluxo humano e econômico que circula neste espaço regional. Assim, para o autor, a região tem um caráter midiático de destaque devido a seus limites territoriais peculiares e devido à presença da Usina Hidrelétrica de Itaipu, do Parque Nacional de Iguaçu, no qual encontram-se as Cataratas do Iguaçu, reconhecidas como uma das sete maravilhas da natureza pela Fundação suíça New 7 Wonders⁷.

“Por suas características particulares, a área da Tríplex Fronteira apresenta uma visível heterogeneidade nas condições socioeconômicas, assim como na diversidade das culturas, com fluxos de pessoas, bens e capitais” (SPRANDEL, 2005, p. 06). Devido a tal contexto os direitos de crianças e adolescentes são frequentemente violados por diferentes

⁷ Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em 26 maio 2012, atraindo mais de um milhão de visitantes anualmente.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

formas de exploração, dentre elas o trabalho infanto-juvenil, que pode ser visualizado no comércio ambulante das proximidades da Ponte da Amizade.

A cidade de Foz do Iguaçu apresenta condições propícias à ocorrência do fenômeno contemporâneo da informalidade. As proximidades da Ponte da Amizade, na fronteira do Brasil com o Paraguai constituem-se em nicho adequado para o primeiro emprego dos jovens. Mas nem sempre os sujeitos sociais inseridos na informalidade são majoritariamente jovens, também há grande incidência de crianças (com idade de 5 a 12 anos).

O grande problema do trabalho informal em Foz do Iguaçu, segundo Cardin (2009), refere-se à relação “mercado de trabalho” e faixa etária e à qualidade das ocupações e das atividades desempenhadas pelos trabalhadores menores. A precarização desse tipo de atividade informal expõe a criança a condições de risco, podendo sofrer exploração sexual comercial e ser forçada ao trabalho escravo. Essas crianças são aliciadas pelos próprios familiares, amigos, vizinhos que recebem até cem dólares por criança. A perda de valores morais, culturais e sociais que esses indivíduos sofrem tem consequências nefastas para seu desenvolvimento físico e mental e refletirão no futuro da cidade, causando exclusão social e violência urbana.

Diante dos graves problemas sociais da cidade foi criado o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, pela lei nº 1677, de 17 de julho de 1992, com o objetivo de atender às políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, lazer, profissionalização e outras e com a competência de formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente. No ano de 2001 este Conselho instalou o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual funciona em meio a diferentes empecilhos, como a grande demanda por atendimento em uma cidade com mais de 250 mil habitantes, falta de interesse político do governo municipal frente à questão do trabalho infantil na Ponte da Amizade, entre outros⁸.

⁸ Em depoimento realizado no dia 08/06/2011, André dos Santos, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Foz do Iguaçu declarou as dificuldades no trabalho de assistência social aos infanto-juvenis diante da centralização de recursos financeiros e da postura autoritária do gestor público do município.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Em depoimento realizado, o Conselheiro Tutelar de Foz do Iguaçu⁹ afirmou que, apesar de tais dificuldades, o trabalho infantil é fiscalizado e proibido pelas autoridades brasileiras. Segundo duas meninas entrevistadas - J.S., de 14 anos e S.O, de 17 anos, recrutadas como “*laranjas*”¹⁰ no microcentro de Ciudad Del Este - Paraguai, há pouca incidência de crianças brasileiras no comércio fronteiriço, o que não ocorre com relação às crianças paraguaias que estão presentes em cada esquina da cidade. Porém, apesar da fiscalização no lado brasileiro, constantemente observam-se crianças trabalhando no comércio ambulante, vendendo doces ou mendigando nas proximidades da Ponte da Amizade. Ainda cabe acrescentar que as crianças são impedidas de trabalhar em atividades legais do comércio fronteiriço devido às possíveis penalizações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, porém nas atividades subterrâneas do circuito sacoleiro, como cigareiros, carregadores, passadores de mercadorias ou em atividades ilícitas elas são frequentemente incorporadas, burlando a fiscalização da Polícia Federal e do Conselho Tutelar (CARDIN, 2007).

Dentre os fatores que contribuem para a exploração do trabalho infantil, além de questões de ordem econômica e social, estão os aspectos culturais. Tanto a classe hegemônica brasileira como as famílias pobres têm o senso comum de que o trabalho tem o caráter disciplinador, desenvolve o senso de responsabilidade, inibindo a delinquência juvenil, que propicia a inserção social e que toda a criança oriunda de famílias pobres deve trabalhar. Além disso, Vieira (2009) afirma em sua pesquisa que jovens assalariados conseguem melhorar seu status diante da família, demonstrado pelo sentimento de autorrealização por parte dos jovens que trabalham. A autora ainda revela que, segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2004) os países latino-americanos expressam uma visão positiva do trabalho juvenil como meio de formação e preparação para a vida adulta.

⁹ Depoimento do Conselheiro Tutelar Márcio Rosa da Silva.

¹⁰ O termo “*laranja*”, utilizado no cotidiano das relações do circuito sacoleiro, designa os trabalhadores que auxiliam os sacoleiros na tarefa de passar as mercadorias pela fiscalização da Receita Federal da Ponte da Amizade; são os que menos ganham e que têm maiores riscos de serem pegos pela fiscalização (CARDIN, 2009, p.62).

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Segundo Rizzini (2007), essa polêmica é gerada pela falta de comunicação entre os envolvidos na questão: as crianças, as famílias e os planejadores das políticas sociais. As agências internacionais têm elaborado programas de eliminação do trabalho infantil baseados no princípio de que a criança é um ser em formação e que deve preparar-se para a vida adulta, freqüentando a escola. Contudo, na maioria dos casos os mais interessados – as próprias crianças e suas famílias não são consultadas no planejamento de programas sociais voltados a resolver a questão.

Por outro lado esses programas sociais devem apresentar alternativas concretas para que a criança se sinta segura para deixar o trabalho: os governos podem assegurar que essas crianças terão acesso a uma boa educação? A escola está adequada à criança trabalhadora? Os pais temem que o afastamento do trabalho leve as crianças à realização de outras atividades mais prejudiciais ou ilícitas.

As discussões que envolvem a opinião dos jovens trazem uma reflexão sobre o caráter monolítico de que é preciso, a qualquer custo, eliminar o trabalho infantil. Caberia pensar que esses jovens e crianças precisam defender seu emprego, com o qual auxiliam na renda familiar e que necessitam de garantias para deixar seu trabalho. Quem conhece a fome sabe que sonhos não “enchem a barriga.” Os programas são elaborados em gabinetes, fora da realidade de quem pretende beneficiar.

A história das crianças em muitas regiões miseráveis do Brasil, bem como em famílias pobres que vivem em Foz do Iguaçu, mostra que o estudo tem pouco valor frente às necessidades de sobrevivência. Nosso sistema educacional não está estruturado para esses alunos, os professores não sabem lidar com eles, o material didático é destinado a jovens que se dedicam exclusivamente aos estudos.

As alunas do Colégio Estadual Dom Pedro II, em Foz do Iguaçu, entrevistadas para esse trabalho, em diversas ocasiões demonstram seu cansaço em aulas que parecem estar longe de seu cotidiano, preferindo falar de outros assuntos, contar de suas carências familiares, afetivas ou financeiras, saem das aulas para se alimentar, enfim têm muita dificuldade de concentração. A criança que precisa trabalhar para comer deixa a escola ou não consegue aprender.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Contudo, a criança que não estuda não tem muitas alternativas. Irá perpetuar a condição de miséria de sua família: será um adulto mal remunerado por falta de qualificação profissional. Os governos que pretendem colocar todas as crianças na escola devem da mesma forma, planejar políticas sociais que garantam uma renda mínima para a família, para que seus filhos possam ir à escola e nela permaneçam.

Outra questão que impõe obstáculos à melhoria na qualidade de vida dessas famílias pobres está situada no dilema de que a sociedade brasileira tem optado por subordinar a área social ao setor econômico. No entanto se o setor social fosse prioridade, poder-se-ia construir um lastro social, uma sólida base para sustentar e desenvolver a dimensão econômica. O que ocorre no Brasil é uma inversão no olhar sobre esse problema. Tais posturas exigem esforço e discernimento de governantes, gestores, educadores, sociedade em geral no sentido de desconstruí-las e refletir sobre o Brasil que se deseja construir.

4. A PESQUISA

Dados fornecidos pelo Mapa do Trabalho Infante-Juvenil no Paraná elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2007) foram imprescindíveis na elaboração da pesquisa e demonstraram que a cidade de Foz do Iguaçu apresenta altos índices de ocorrência de trabalho infantil: é o terceiro município no estado com maiores contingentes de ocupados na faixa etária de 10 a 13 anos. No ano de 2000 Foz do Iguaçu possuía, em número e proporção de ocupados na faixa etária de 10 a 17 anos, o total de 33.843 infante-juvenis (IPARDES, 2007). Tais dados revelam que o setor agrossilvopastoril do estado, absorvia o maior número de força de trabalho infantil. Contudo, o setor comercial e de serviços, apresentou níveis significativos de absorção de trabalho precoce. Esses setores apresentaram 33,2 % do grupo de jovens de 10 a 13 anos.

Nesses setores, o trabalho com a família perde importância e a condição de empregado é predominante, particularmente entre os adolescentes, contudo a grande maioria trabalha em situação informal, ou seja, sem carteira de trabalho assinada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2007, p. 13).

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

O trabalho na rua, como vendedor ambulante, organizando estacionamento e demais atividades, envolve um numeroso contingente de crianças e adolescentes que estão inscritos no rol de atividades desvalorizadas, pois são identificadas pelo baixo grau de competência para sua execução.

Foram realizadas pesquisas, entrevistas e observação nas proximidades da Ponte da Amizade, na fronteira entre Foz do Iguaçu-Brasil e Paraguai: Vila Portes e Jardim Jupira, além de entrevistas com alunos do colégio Dom Pedro II, no bairro do Morumbi. A observação do local foi algo nunca experimentado, pois ter contato com a dinâmica do comércio ambulante da ponte requer uma ambientação através de conversas com vendedores, mototaxistas, comerciantes locais e também a aquisição de algumas mercadorias a fim de iniciar o diálogo com essas pessoas, para entender como se processam as relações de trabalho e a sociabilidade entre os indivíduos que sobrevivem da informalidade e os turistas que apenas estão de passagem pela Ponte da Amizade. Contrastar versões diferentes entre muambeiros, sacoleiros, comerciantes paraguaios e agentes e fiscais da Receita Federal também foi algo intrigante, pois enquanto os trabalhadores informais convivem com a presença de crianças trabalhando, as autoridades negam, alegando ser rara a passagem de menores desacompanhados pela Aduana.

Devido aos constantes ruídos das ruas próximas à Ponte da Amizade – circulação de carros, motos, pessoas conversando, tornou-se inviável a gravação das entrevistas. Assim, foram feitas anotações das conversas e depoimentos. Além disso, muitos adolescentes demonstravam-se constrangidos na presença do gravador, como foi o caso de Jennifer, aluna da 7ª série, 14 anos, estuda no período noturno do Colégio Dom Pedro II, no bairro Morumbi, em Foz do Iguaçu. Durante as aulas de História, Jennifer e sua colega relatavam descontraidamente seu trabalho em Ciudad Del Este, porém no momento da gravação, Jennifer intimidou-se e falou bem menos.

(Jennifer): *“Bom, lá eu compro mercadoria e passo pela Ponte da Amizade, tiro as notas, entro na fila para esperar as mercadorias. Bom, eu acho que é isso.”*

(Pesquisadora): *Porque você quer trabalhar?*

(Jennifer): *“Lá? É porque lá é mais fácil conseguir emprego. Aqui de menor não trabalha. Pagam bem melhor lá.”*

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

“A gente entra às 6 da manhã, aí a gente vai nas lojas, pega as notas, compra as mercadorias, aí tem que pagar. Aí a gente leva a bolsa pra guardar as mercadorias dentro pra passar na ponte”.

(Pesquisadora): Você gosta de trabalhar no Paraguai?

(Jennifer): *“Não. Porque é uma correria, muita gente, muitas pessoas, muita falação, muita confusão”*¹¹.

O art. 227 da Constituição Federal de 1988 determina que são deveres da família, da sociedade e do Estado: “Assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O direito à proteção especial deve abranger o respeito à idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho, a garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola”. Nas práticas pertinentes ao circuito sacoleiro e também no comércio nas proximidades da Ponte da Amizade, o que se observa é que os pais incorporam seus filhos desde muito cedo em suas próprias tarefas de vendedores ambulantes como um meio de ensiná-los tal atividade ou como uma forma de evitar que fiquem nas ruas. A mentalidade dos pais deixa transparecer o medo de que seus filhos caíam na criminalidade caso não estejam **“ocupados”**.

O trabalho infantil no Brasil, ao longo de sua história, nunca foi representado como um fenômeno negativo na mentalidade da sociedade brasileira. Até a década de 1980, havia um consenso entre as famílias pobres de que o trabalho das crianças era positivo, visto como uma aprendizagem, dadas suas condições econômica e social de exclusão e risco social. Assim, tanto a elite como as classes mais pobres compartilhavam plenamente dessa forma de encarar o trabalho infantil (CONAETI, 2004).

Tal mentalidade manteve e segue mantendo milhões de crianças e adolescentes ligados a atividades que, além de marginalizá-los do desenvolvimento físico, psíquico e moral,

¹¹ Entrevista realizada no dia 21/11/2012 nas dependências do Colégio Estadual Dom Pedro II, em Foz do Iguaçu.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

reproduzem os vícios de uma sociedade desigual, excludente, corrupta e antiética. Tais mitos culturais funcionam como catalisadores das ações das Instituições públicas e privadas a respeito das crianças e adolescentes trabalhadores e devem ser foco de reflexão da sociedade. Políticas públicas de apoio econômico às famílias dessas crianças devem ser efetivadas para que venham a suprir suas necessidades econômicas e evitar o precoce trabalho de seus filhos.

Uma das importantes conclusões dessa pesquisa foi perceber que o trabalho infantil nas proximidades da Ponte da Amizade incorpora crianças e adolescentes de nacionalidade paraguaia, os quais cruzam a fronteira através do transporte de vans ou demais automóveis e por isso não são barrados pela fiscalização. Muitos estão acompanhados de seus pais, os quais igualmente desempenham funções no comércio ambulante, como vendedores de meias, C.Ds, alho, chás, amendoim e repassam a seus filhos a aprendizagem relativa ao comércio informal.

Além disso, observou-se a relação próxima entre o mundo do trabalho informal na tríplice fronteira e a questão da “raça”¹². Cardin (2009c) trata dessa questão ao concluir que há maior população representante das raças “indígena e negra” alocada na informalidade de Foz do Iguaçu, quando observada proporcionalmente em relação ao número de pessoas de sua mesma raça no município. Esses trabalhadores desempenham atividades com menor segurança, renda incerta, além de estarem excluídos de diversos benefícios sociais como férias, décimo terceiro salário, licença maternidade, previdência social, aspectos que interferem na qualidade de vida e nos índices de desenvolvimento humano.

Tais grupos nem sempre se reconhecem na raça ou etnia a que pertencem, como é o caso da população negra ligada às atividades informais, a qual assume sua fronteira *identitária* como parda ou até mesmo branca para evitar possíveis preconceitos ou segregação, que poderia colocá-los em situação de exploração marginal em um mercado dominado pelos “brancos” (CARDIN, 2009c).

Dessa forma, observa-se que tanto a fronteira *identitária* como o mundo do trabalho consistem em “lugares” propícios à exclusão.

¹² Conceitos e esclarecimentos sobre raça e etnicidade estão apresentados na obra de Michel (BANTON, 1977).

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Se existe um Lugar decididamente identificado pelo público como fonte de exclusão social é o do trabalho. Certamente que esse fato se relaciona com formas mais freqüentes e novas de desemprego que ganharam terreno nos últimos trinta anos. Ser incluído neste processo significa ser incorporado no processo de trabalho e numa relação salarial. O exercício da própria cidadania tornou-se dependente do fato de se ter um trabalho e ser excluído, significou, em larga medida, não ter lugar no processo de trabalho (STOER, 2004, p.59).

Outro aspecto importante a ser observado no trabalho de crianças e adolescentes é a importância que esta atividade assume como auxílio econômico para a renda familiar. Uma das características do trabalho infanto-juvenil em geral é a inserção em atividades da mesma natureza que de seus pais. Independentemente da forma de inserção no trabalho familiar, quer seja como parte do processo de socialização, como aprendiz ou meio de transmissão do conhecimento de geração para geração, o trabalho precoce é uma grande contribuição ao rendimento das famílias ou uma condição de auto-sustentação.

Grande parte das crianças entrevistadas revelou que seus pais também são vendedores ambulantes e foi através deles que entraram no ramo. Em alguns casos são os pais que recebem as mercadorias em lojas ou atacados de Ciudad Del Este/Paraguay para que seus filhos cruzem a fronteira e venham à vila Portes vendê-las. Um dos exemplos foi o depoimento de Cristian, um menino de 13 anos, de nacionalidade paraguaia, vendedor de alho e amendoim. Cristian faz o horário das 6 às 16 horas e recebe aproximadamente R\$ 50,00 por dia. Afirmou que estuda de noite e vem acompanhado dos pais, os quais também são vendedores ambulantes na vila Portes.

As explicações encontradas em relação ao ingresso precoce no mercado de trabalho informal são a pobreza familiar, o baixo nível educacional e o grau de integração social o qual define uma estrutura familiar que irá favorecer maior ou menor condição de proteção aos filhos.

“O elo pelo qual começa a reprodução da pobreza inclui crianças e adolescentes que, em sua maioria, tornam-se trabalhadores sem possibilidades de escolha” (IPARDES, 2007, p. 21).

O trabalho infanto-juvenil complementa a renda familiar em conjunturas em que é mais barato e pode ser indutor do desemprego do pai adulto. A maioria das crianças e

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

adolescentes que trabalha não são qualificados através dessas atividades e, conseqüentemente não são promovidos socialmente, realimentando o círculo vicioso da pobreza familiar e individual.

Segundo o Mapa do Trabalho Infante-Juvenil no Paraná do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2007), das crianças ocupadas no Estado, com idade entre dez e treze anos, aproximadamente 70% pertencem a famílias cuja renda mensal familiar per capita é de até 1 salário mínimo, sendo que 42% provêm de famílias em situação de extrema pobreza.

Os efeitos nocivos do trabalho precoce estão associados a prejuízos no desenvolvimento das crianças e adolescentes, não apenas na submissão a tarefas inapropriadas, mas ao pagamento inferior, porque têm seu tempo de lazer e estudo usurpado em favor da contribuição familiar. Em muitos casos, esses jovens estão expostos a maiores riscos a sua saúde, à violência das ruas, ao assédio sexual, a drogas.

Para os adolescentes acima de 14 anos, o trabalho geralmente consiste em uma escolha, na busca pelo desejo de autonomia financeira e de acesso a bens de mercado, tal como afirmaram as vendedoras de meias que foram entrevistadas. Para elas, a atividade de vendedora ambulante é agradável, preferem trabalhar a estar em sua casa.

Luísa, uma menina paraguaia de treze anos, falou-nos em idioma português com forte sotaque espanhol:

“Melhor trabalhá que robá”. Também trabalho num estacionamento ali pra cima, limpo banheiro, pagam R\$ 10,00 por dia.”

No comércio fronteiriço de Foz do Iguaçu fica explícito o antagonismo de interesses entre trabalho e capital, sendo que este não prioriza as necessidades humanas e tampouco o Estado cumpre seu papel de controlar esse processo, uma vez que assume um caráter *mundializado* e globalizado, obrigado a defender as prioridades de grupos envolvidos no processo de acumulação de riquezas. Enquanto não houver consenso nas políticas econômicas e sociais entre os países limítrofes da tríplice fronteira de Foz do Iguaçu/Paraná as desigualdades persistirão.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

A questão do trabalho infantil deve ser enfocada na perspectiva dos Direitos Humanos, os quais são fundamentais e inalienáveis e não podem ser negociáveis. As leis vigentes são instrumentos legais que buscam garantir esses direitos. Tais questões devem demandar vontade política e discernimento dos responsáveis por Instituições, órgãos públicos e representantes da sociedade civil (CONAETI, 2004).

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ALVARENGA, Augusta Thereza e outros. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI, Arllindo e SILVA NETO, Antônio. *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação*. Barueri: Manole, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *A dialética do trabalho*. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BANTON, Michel. *A ideia de raça*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.

BRASIL. República Federativa do Brasil. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Brasília, Diário Oficial da União, 1990. Ed. Reformulada.

BRASIL - *Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004.

CARDIN, Eric. O novo mundo do trabalho e o perfil dos “trabalhadores informais” de Foz do Iguaçu (2002-2007). In: DEBALD, Blasius e CARDIN, Eric (org.). *Revista Região e*

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Desenvolvimento: estudos temáticos sobre o extremo oeste do Paraná. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 2009, pp. 7-26.

_____. *A expansão do capital e as dinâmicas de fronteira*. Araraquara - SP, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” - Unesp, 2010.

CONAETI. *Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

IPARDES – Instituto Paranaense do Desenvolvimento Econômico e Social. *Mapa do Trabalho Infanto-Juvenil no Paraná*, Curitiba: IPARDES, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2012.

LEITE, Miriam Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 1999,

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. *El Manifiesto Comunista*. Madrid: Ediciones Progreso, 1985.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

PETI - *Supervisão Técnica ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*. Município de Foz do Iguaçu – 18 de maio de 2005.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL. *Lei Municipal 2.455 – Altera e consolida a Legislação que dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu: Câmara de Vereadores, 18 de outubro de 2001.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

_____. *Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Foz do Iguaçu – PR, 2002.

SPRANDEL, Marcia Anita (coord.). *Situação das crianças e dos adolescentes na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: desafios e recomendações*. UNICEF, ITAIPU Binacional, TACRO, Curitiba: ITAIPU Binacional, 2005.

STEARNS, Peter. Globalização e infâncias. In: *A infância*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 183-212.

STOER, Stephen R. *Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2004.

VADEMECUM - *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

VIEIRA, Márcia Guedes. *Trabalho infantil no Brasil: questões culturais e políticas públicas*. (Dissertação de mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 12 maio 2012.

<<http://ultimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em 26 maio 2012.